



Fundação Oswaldo Aranha



FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CURSO DE MEDICINA

**ANA CAROLINA LUIZ GOMES
GABRIELA BERTHOLATO FERREIRA
ISABELLA LIMA ARAUJO SIQUEIRA**

**A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DO MÉDICO NO ATENDIMENTO
A TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**

**VOLTA REDONDA
2022**

FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CURSO DE MEDICINA

**A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DO MÉDICO NO ATENDIMENTO
A TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**

Artigo apresentado ao Curso de
Medicina como requisito parcial
para a conclusão do Módulo VIII.

Aluna:

Ana Carolina Luiz Gomes,
Gabriela Bertholato Ferreira,
Isabella Lima Araujo Siqueira.

Orientador:

Prof^a. Me. Angela Schächter
Guidoreni

VOLTA REDONDA

2022

RESUMO

Levando em consideração que saúde é um direito universal e que para que esse direito seja garantido é necessária a oferta de serviços de saúde com profissionais qualificados, o atual estudo, aprovado sob CAAE 45583221.9.0000.5237, resultou de uma pesquisa de campo que objetivou conhecer e avaliar as percepções sobre a comunidade LGBTQ+, com foco nas pessoas transexuais e travestis. Foi considerada a necessidade de atenção à saúde dessa população, a partir dos conceitos de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratória, com survey e coleta de dados por meio de aplicação de questionário virtual, obtendo resposta de 32 profissionais médicos na região do Médio Paraíba e posterior análise de conteúdo proposta por Minayo. Nos resultados encontrados, chamou a atenção que para 68,8% dos respondentes não foram oferecidas aulas com a temática LGBTQ+ e 50% não possui conhecimento sobre os tratamentos oferecidos pelo SUS para transição sexual. Além disso, destacou-se que embora 81,3% concordassem que para manter boa relação médico-paciente, é importante o uso do nome social, uma parcela significativa (37,5%) dos respondentes reconhece parcialmente essa importância. Tais resultados demonstraram que os profissionais participantes não estão preparados para atender essas pessoas, evidenciando a necessidade de desenvolvimento de ações que fortaleçam não só as políticas públicas voltadas para essa parcela da população, bem como mudanças nas matrizes curriculares dos cursos de Medicina e a educação permanente do profissional médico, possibilitando, assim, uma atuação em prol da equidade, para uma maior promoção da saúde e do bem-estar da população LGBTQ+, com foco nas pessoas transexuais e travestis.

Palavras-chave: Transgêneros; Saúde Transexual; LGBTQ+; Sistema Único de Saúde; Educação Médica.

Abstract

Considering that health is a universal right, and to that right be warranted it is necessary the offer of health care with qualified professionals, the present study, approved under CAAE 45583221.9.0000.5237, is resulted from field research that aimed to know and evaluate the perceptions about the LGBTQ+ community, with focus on transgenders and transvestites. Was considered the health attention necessity for this population, as from gender concepts, gender identity and sexual orientation. Was realized a qualitative character research, exploratory, with survey and data collection by an application of a virtual form, taking answers from 32 medical professionals in Médio Paraíba region and posterior content analysis proposed by Minayo. In the results found, come to attention that for 68,8% from the respondents wasn't offered lectures/classes with the LGBTQ+ thematic and 50% doesn't have knowledge about the treatments offered by SUS for sexual transition. Other than that, it was highlighted that although 81,3% agreed that to keep a good doctor-patient relationship was necessary the use from the social name, a significant (37,5%) from the respondents partially recognize the importance. Such results showed that participants professionals are not ready the attend this peoples, evidencing the necessity of development from actions that strengthen not only the public policies dedicated to that range of the population, but also changes at the curriculum matrices Medicine courses and the permanent education from the medical professional, making possible, with that, an equality acting, in order to a better health and well-care promotion to the LGTQ+ population, focused at the transgenders and transvestites.

Keywords: Transgenders; Transsexual Health; LGBTQ+; Health Unic System; Medic Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	9
3. RESULTADOS.....	11
4. DISCUSSÃO	16
5. CONCLUSÃO	21
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade humana é um tema complexo, influenciado por inúmeros fatores presentes desde o nascimento, dentre os quais, biológicos, psicológicos, sociais, políticos, culturais, éticos, legais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define sexualidade como:

Energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influência também a nossa saúde física e mental. (OMS, 2006)

Essa definição nos ajuda a perceber a importância do conceito ampliado e positivo de saúde sexual que a OMS defende como:

A saúde sexual é um estado de bem-estar físico, mental e social em relação à sexualidade. Requer uma abordagem positiva e respeitosa da sexualidade e das relações sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação e violência". Para que a saúde sexual seja alcançada e mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e cumpridos. (OMS, 2006)

Em um passado recente, o debate sobre sexualidade representou falar ou não sobre tabus e preconceitos. E, ainda hoje, precisamos enfrentar esses desafios, embora estudos sobre a sexualidade humana tenham sua importância reconhecida.

Conceitos e definições sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual permitem compreender a integração de diferentes fatores à luz de um modelo para atenção à saúde dessas pessoas transexuais e travestis e nos leva a inúmeras reflexões e questionamentos que se traduzem nesse artigo.

Certamente o conceito de sexo biológico, determinado pelas células sexuais reprodutivas e vinculado aos hormônios, morfologia, nos leva a um provável ponto de partida. Porém, precisaremos introduzir esse conceito, trazer as

definições de gênero proposta por De Jesus (2012), como a autopercepção e a expressão social do indivíduo; e ampliar os aspectos da afetividade, que segundo Costa (2020), relacionam-se não só à busca do reconhecimento, mas também a descriminalização das relações homossexuais; além de nos aproximarmos de outros padrões de sexualidade heteronormativos, em que as sociedades ocidentais estão organizadas (PETRY et al. 2011). Dessa maneira caminharemos em direção a compreensão sobre a complexidade da diversidade de gênero, da orientação e identidade sexual.

E, em consequência, perceberemos que a humanidade é formada por “diferentes populações” com necessidades distintas na área de saúde, que irão interferir e sofrer interferências do processo de trabalho dos profissionais de saúde em geral e do médico em especial.

Para muitos autores, dentre eles De Jesus (2012) e Gonçalves (2021), o conceito de gênero vai além do sexo biológico. A identidade de gênero diz respeito ao gênero com o qual a pessoa se identifica, aos “modos de cada Ser se realizar nos contextos sociais dos papéis masculino ou feminino da cultura que o rodeia” (GONÇALVES, 2021), podendo concordar ou não com o sexo atribuído ao nascimento; enquanto a sexualidade, a orientação sexual, se refere à atração sexual-afetiva manifestada em relação a outra pessoa. Já a transexualidade pode ser definida como a realidade de pessoas que não se identificam com os gêneros impostos por atribuições socioculturais de feminino e masculino (DE JESUS, 2012).

Na parcela denominada Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queers e mais (LGBTQ+), estão incluídas pessoas que mantêm relacionamentos homoafetivos com mulheres, homens e ambos, respectivamente. A parcela transexual e travesti é composta por pessoas que não seguem o padrão heteronormativo e necessariamente não são homossexuais. Já a nomenclatura Queer é usada por pessoas que ainda não se identificaram ou não pretendem se identificar com uma orientação sexual ou gênero específico (OK2BME, 2020).

Embora em países econômica e socialmente desenvolvidos a luta pelos direitos dessas pessoas seja relatada no final da década de 1960, no Brasil, a comunidade LGBTQ+ tornou-se mais evidente na década de 1980. Dessa

forma, o Ministério da Saúde (MS) adotou estratégias para o enfrentamento da infecção pelo vírus HIV, admitindo a complexibilidade dos cuidados com essa comunidade. Contudo, apesar desse reconhecimento, somente em 2011 o MS instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) (BRASIL, 2013) e, ainda nos dias de hoje, o processo saúde-doença e as necessidades de saúde das pessoas LGBTQ+ não são devidamente explorados e discutidos.

Pesquisas realizadas tanto antes, quanto após a implantação da PNSI-LGBT, dentre elas aquelas realizadas por Freire (2013) e Paulino (2019), mostram que há uma grande dificuldade em relação à compreensão e aceitação das diversidades sexuais e de gênero e aos direitos da comunidade trans ao acesso dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Pereira (2015), “a formação de estigma para a diversidade sexual, heteronormatividade e homofobia, bem como sobre a ação desses fatores sobre a saúde da população LGBT” pode ser consequência da “percepção confusa de princípios básicos do SUS; da patologização na condição LGBT, da negação de barreira ao acesso” (PEREIRA, 2015) por parte dos profissionais de saúde em geral e principalmente os médicos.

Relatos vindos da comunidade LGBTQ+ apontam que, por parte desses profissionais, ocorre desrespeito desde o não uso do nome social até manifestações verbais de preconceito e violência simbólica por parte da equipe, gerando dificuldade na busca ao serviço de atendimento às suas necessidades e o abandono de tratamentos (NEGREIROS, 2019).

Figueiredo e Carvalho (2017), ao proporem como definição para a transexualidade “sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas”, contribuem para uma maior visibilidade a essas pessoas, além de exigir conhecimento de suas necessidades e direitos por parte dos profissionais de saúde em geral, em especial os médicos.

Nesse sentido, é de extrema importância levar em consideração não só a forma com que parte dos profissionais da equipe de saúde enxergam e lidam

com o assunto, mas também compreender a exclusão deste tema da matriz curricular na maioria dos cursos da área de saúde (NEGREIROS, 2019).

Diante do exposto e considerando, ainda, os inúmeros relatos de situações envolvendo a saúde da população LGBTQ+, no sentido de como ela é negligenciada, este trabalho traz como hipóteses que a relação médico-pessoa trans e travesti e, conseqüentemente, a integralidade do cuidado dessas pessoas estão comprometidos pelo desconhecimento, desde o período da graduação médica, das necessidades de saúde dessa parcela da população.

É objetivo geral desse artigo conhecer e avaliar as percepções de profissionais médicos sobre a integralidade do cuidado à população LGBTQ+, com foco nas pessoas transexuais e travestis. E como objetivos específicos do trabalho propõe-se conhecer referenciais teóricos relacionados à atenção integral à saúde da população LGBTQ+, com foco nas pessoas transexuais e travestis; identificar o perfil dos médicos entrevistados, em relação à formação e qualificação sobre o tema; investigar o grau de conhecimento dos médicos entrevistados sobre a PNSI-LGBT; identificar as percepções dos entrevistados sobre cuidado integral às necessidades de saúde (atendimento e acolhimento nos serviços de saúde; tratamento da transição sexual com hormônios; percepção sobre sofrimento e transtornos mentais) e qualidade de vida (orientação afetivo-sexual; exclusão social) da população LGBTQ+.

Uma vez que a relação médico-pessoa trans e travesti e, conseqüentemente, a integralidade do cuidado dessas pessoas está comprometida pelo desconhecimento sobre as necessidades de saúde dessa parcela da população, fato que pode ser observado desde o período da graduação médica, justifica-se a necessidade de um trabalho que contemple o estudo sobre como os profissionais de saúde, em especial o profissional médico, estão preparados para garantir o cuidado integral a essa população, levando-nos a uma possível reflexão sobre a mudança no processo de formação e do trabalho médico no cuidado dessas pessoas.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, exploratória, com survey, em cuja primeira etapa foi realizado levantamento do conhecimento sobre o tema nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e PubMed, utilizando as palavras-chave: Transgêneros; Saúde Transexual; LGBTQ+; Sistema Único de Saúde; Educação Médica.

Como ferramenta para coleta de dados, a aplicação do questionário, construído pelas autoras no *Google Forms*, contendo questões abertas e fechadas em escala *Likert*, sendo necessário, aproximadamente, 10 minutos para respondê-las. Albaum (1997) destaca que a escala *Likert* é ideal para classificação e mensurar atitudes ou opiniões. Com esta escala, os respondentes foram solicitados a classificar os itens em um nível de concordância. Essas questões foram organizadas em 04 blocos, objetivando identificar o perfil do público-alvo; a presença ou não de temas relacionados à saúde da população LGBTQ+ na graduação; o grau de conhecimento dos respondentes sobre os conceitos referentes a diversidade de gênero e as consequências no cuidado das pessoas transexuais e travestis; além das implicações desses conhecimentos no processo de trabalho. As respostas foram computadas pelo *Google Forms*, ferramenta que foi disponibilizada por meio de redes sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, além de *e-mails*.

Como critérios de inclusão, definiu-se entrevistar profissionais de saúde graduados em Medicina, atuando em Unidades de Saúde do SUS, na região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, que aceitaram participar da pesquisa após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado na plataforma *Google Forms*.

Considerando que a região é formada por 12 municípios e a atenção à saúde deve levar em conta a extrema heterogeneidade da região (RIO DE JANEIRO, 2013), os questionários foram enviados para cerca de 150 profissionais médicos, visando atingir um número significativo da região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro.

Como critérios de exclusão, estabeleceu-se todos os médicos que não atuam em Unidades de Saúde, na região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro; e ainda aqueles que não aceitaram os termos do TCLE, ou seja, todos aqueles que não se enquadram nos critérios de inclusão.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética com número de parecer 4.704.896 e o período de aplicação do questionário foi de abril a julho de 2021. As autoras referiram, ainda, que não ocorreu conflitos de interesse durante a realização desta pesquisa.

As informações obtidas por meio das entrevistas foram compiladas e posteriormente e analisadas através da Análise de Conteúdo proposta por Minayo (2002).

3. RESULTADOS

Foram avaliados 32 indivíduos, com faixa etária entre 23 e 81 anos de idade (média de 52 anos), 59,4% (n=19) declarou-se do gênero feminino e 40,6% declarou ser do gênero masculino (n=13), com exercício da profissão variando de 1 a 48 anos (média de 24,5 anos). Quanto ao campo de atuação, 62,5% (n=20) trabalham na rede pública e 50% (n=16) na rede privada, sendo essa uma pergunta que permitia mais de uma escolha de resposta. Com relação à graduação, 68,8% (n=22) formaram-se em instituições de ensino superior da rede particular e 31,3% (n=10) da rede pública. Em relação à titulação 84,4% (n=27) são bacharéis e 37,5% (n=5) referem ter pós-graduação com residência médica.

Sobre os conteúdos presentes nas matrizes curriculares, observou-se que para 68,8% (n=22) não foram oferecidas aulas que abordavam a temática LGBTQ+ e 9,4% (n=3) assinalou que foi oferecido aulas que abordam essa temática, e 15,6% (n=7) assinalou ter recebido parcialmente essa oferta. Setenta e cinco por cento (n=24) informou não ter recebido aulas voltadas para a saúde da população transexual e travesti, 9,4% (n=3) concordou parcialmente, 6,3% (n=5) concordou ter recebido aulas voltadas para a saúde dessa população. Sobre ter sido abordado sobre o tema, saúde da população transexual e travesti, por algum professor, 75% (n=24) discordou, 15,6% (n=5) discordou, 6,25% (n=2) concordou parcialmente e 3,15% (n=1) discordou parcialmente. Quanto a atividades extracurriculares, foi observado que 81,3% (n=26) não realizaram este tipo de atividade e 12,5% (n=4) concordou parcialmente, 3,15% (n=1) concordou, e 3,15% (n=1) discordou parcialmente sobre ter realizado esse tipo de atividade. 75% (n=24) não realizaram curso de especialização em saúde voltado à população LGBTQ+ e 9,4% (n=3) assinalou ter realizado, e 9,4% (n=3) concordou parcialmente, 3,15% (n=1) discordou parcialmente e 3,15% (n=1) nem concordou, nem discordou.

No questionário buscou-se identificar o grau de conhecimento dos respondentes quanto às definições e termos sobre gênero, sexualidade e

nomenclaturas LGBTQ+, constatando-se que 6,2% (n=2) desconhecem a sigla, 21,9% (n=7) conhecem parcialmente e 71,9% (n=23) dos profissionais médicos respondentes assinalou que conhecem o significado da sigla LGBTQ+. Com relação à definição de gênero, evidenciou-se que 6,3% (n=2) desconhecem, 28,1% (n=9) conhecem parcialmente e 65,6% (n=21) conhecem a definição de gênero. Em relação ao termo identidade de gênero, 68,8% (n=22) dos respondentes afirmam conhecer, 25% (n=8) conhecem parcialmente e 3,1% (n=1) desconhecem. Já o termo transexualidade é conhecido por 71,9% (n=23), seguido por 21,9% (n=7) que diz conhecer parcialmente e 6,3% (n=2) que desconhecem.

Sobre o termo cisgênero 71,9% (n= 23) diz conhecer, 9,4% (n=3) refere conhecimento parcial e 18,8% (n= 6) desconhecem. Quanto ao termo transgênero, 81,3% (n= 26) dos respondentes afirmam conhecer, 9,4% (n=3) conhecem parcialmente e 9,4% (n=3) desconhecem. Dos respondentes, 62,5% (n=20) concordaram com a afirmativa que o homem transexual tem sexo genético padrão feminino, enquanto 18,8% (n=6) discordaram da afirmação e 9,4% (n=3) assinalaram que não concordaram, nem discordaram da mesma e 9,3% (n=3) discordou parcialmente. Para a afirmativa “a mulher transexual tem sexo genético padrão masculino”, 62,5% (n=20) afirmaram concordar, 18,8% (n=6) discordaram da mesma e 9,4% (n=3) assinalaram que não concordaram, nem discordaram da afirmação e 9,4% (n=3) discordaram parcialmente.

Referente ao processo de trabalho e cuidado às pessoas LGBTQ+, foram feitas afirmações a fim de que o participante refletisse sobre o cuidado dos transexuais e travestis, além das implicações do conhecimento desse cuidado nos atendimentos realizados nas Unidades de Saúde. Desse modo, os resultados coletados mostraram que 71,9% (n=23) dos profissionais participantes concordaram que um acolhimento de qualidade realizado pelo médico garante a continuidade do tratamento pelo paciente, 18,8% (n=6) concordaram parcialmente e 6,3% (n=2) discordaram parcialmente e os dados se repetem quando afirmado que um bom acolhimento garante tanto a confiança, quanto o retorno do paciente à Unidade de Saúde. Vinte e dois (n= 68,8%) dos médicos que responderam à pesquisa admitiram que a população LGBTQ+ precisa de uma abordagem e acolhimento específicos e 28,1% (n=9)

concordou parcialmente, e 3,1% (n=1) não concordou, nem discordou da afirmação. Dos respondentes, 71,9% (n=23) concordaram que a realização de aulas sobre a saúde LGBTQ+ na grade curricular dos Cursos de Medicina seria essencial para a formação do profissional, 21,9% (n=7) concordou parcialmente, e 6,3% (n=2) não concordou, nem discordou. Vinte e cinco médicos (n=68,8%) concordaram que a atitude do médico frente ao público LGBTQ+ influencia a atitude da equipe na Unidade de Saúde e 21,9% (n=7) concordou parcialmente.

Com relação ao uso do nome social e dos pronomes, 81,3% (n=26) concordaram que para garantir uma boa relação, é importante que o médico chame o paciente pelo nome social, 9,4% (n=3) concordou parcialmente e 9,4% (n=3) não concordou, nem discordou. Sobre o uso correto favorecer a relação paciente médico, 90,6% (n=29) dos participantes concordaram e 6,3% (n=2) concordou parcialmente, e 3,15% (n=1) não concordou, nem discordou. Foi observado que 37,5% (n=12) concordaram parcialmente que médicos reconhecem a importância do nome social para os transexuais, 12,5% (n=4) concordou, 15,6% (n=5) nem concordou nem discordou, 18,8% (n=6) concordou parcialmente e 15,6% (n=5) discordou. Dos respondentes, 84,4% (n=27) concordaram totalmente que não chamar o indivíduo transexual pelo seu nome social, gera desconforto durante a consulta, 9,4% (n=3) concordou parcialmente e 6,3% (n=2) não concordou, nem discordou.

No quesito acolhimento, 93,8% (n=30) dos participantes concordaram que a expressão facial do médico influencia na sua relação com o paciente, 3,1% (n=1) concordou parcialmente, e 3,1% (n=1) não concordou, nem discordou. Sobre a mudança da expressão ao atender um indivíduo transexual ou travesti devido à dificuldade de se comunicar com o uso do pronome correto, 43,3% (n=14) concordaram, 28,1% (n=9) concordou parcialmente, 12,5% (n=4) nem concordou, nem discordou, 9,4% (n=3) discordou, e 6,7% (n=2) discordou parcialmente. Trinta respondentes (93,8%) concordaram que um atendimento desqualificado gera uma baixa frequência da população transexual e travesti nas Unidades de Saúde e 6,3% (n=2) concordou parcialmente. Constatou-se que 50% dos profissionais (n=16) afirmou não ter conhecimento sobre os tratamentos oferecidos pelo SUS durante o processo de transição sexual,

28,1% (n=9) concordou parcialmente, 12,5% (n=4) não concordou, nem discordou, e 9,4% (n=3) concordou parcialmente. Observou-se que 46,9% (n=15) dos médicos concordaram que a transexualidade é uma questão de saúde, 21,9% (n=7) concordou parcialmente, 12,5% (n=4) não concordou, nem discordou, 9,4% (n=3) discordou parcialmente, e 9,4% (n=3) discordou. Vinte médicos (62,5%) assinalaram que a transição de gênero é um processo dispendioso e muitas vezes traumático, 21,9% (n=9) concordou parcialmente, 6,3% (n=2) discordou, e 3,1% (n=1) não concordou, nem discordou. Dos respondentes, 68,8% (n=22) concordaram que informações sobre o processo de transição de gênero poderiam ser disseminadas em locais de atenção primária da saúde para que médicos sejam qualificados a orientar a comunidade transexual e travesti sobre o tratamento, 15,6% (n=5) concordou parcialmente, 12,5% (n=4) não concordou, nem discordou, e 3,1% (n=1) discordaram parcialmente.

Sobre a oferta dos materiais didáticos e cursos oferecidos pelo SUS, voltados para o atendimento à comunidade LGBTQ+, 43,8% (n=14) dos respondentes não concordou e nem discordou, 12,5% (n=4) mostrou ter conhecimento sobre a oferta desses materiais, 9,4% (n=3) concordou parcialmente, 15,6% (n=5) discordou parcialmente, e 18,8% (n=6) discordou. Dos participantes da pesquisa 53,1% (n=17) discordaram que após a formação acadêmica, profissionais médicos já estão qualificados para realizar um bom atendimento a essa parcela da comunidade LGBTQ+, 25% (n=8) discordaram parcialmente, 9,4% (n=3) nem concordaram, nem discordaram, e 12,5% (n=4) concordaram parcialmente. Dos respondentes, 59,4% (n=19) concordaram que a disponibilização de materiais didáticos focados no atendimento à comunidade transexual e travesti ajudaria aos médicos a realizar uma consulta mais acolhedora, 34,4% (n=11) concordaram parcialmente, e 6,3% (n=2) não concordaram, nem discordaram. Vinte e cinco dos respondentes (78,1%) concordaram sobre a necessidade de curso preparatório sobre a abordagem correta à comunidade transexual e travesti e que este facilitaria a comunicação e o acolhimento a essa população, 18,8% (n=6) concordaram parcialmente e 3,1% (n=1) não concordaram, nem discordaram. Dos respondentes, 71,9% (n=23) concordaram que profissionais que realizam estes cursos possuem

maior facilidade em acolher os transsexuais e os travestis, 21,9% (n=7) concordaram parcialmente, 3,1% (n=1) não concordaram, nem discordaram, e 3,1% (n=1) discordaram parcialmente.

4. DISCUSSÃO

Os dados obtidos foram analisados por meio da Análise Temática de Conteúdo proposta por Minayo (2002). Essa análise propõe a classificação dos dados coletados para a melhor compreensão do assunto pesquisado, a fim de ampliar o conhecimento sobre a temática, articulando-o no contexto o qual faz parte (MINAYO, 2002). A atual pesquisa busca compreender o grau de conhecimento da categoria médica em relação à saúde LGBTQ+ e apontam deficiências na formação durante o curso de Medicina. A análise dos dados foi classificada em: perfil dos participantes, grade curricular dos participantes, conhecimentos acerca dos conceitos LGBTQ+, e sobre o processo de trabalho e cuidado dos participantes com as pessoas LGBTQ+.

Perfil dos participantes.

Inicialmente chamou a atenção a relutância de profissionais contatados em participar e responder ao questionário que se manifestaram contrários, inclusive em preencher o TCLE. Neste sentido, observamos comportamentos distintos a partir de suas reações. Um grupo desses profissionais justificou aos pesquisadores não querer participar da pesquisa para não se envolver com a temática da saúde transexual e travesti. Um segundo grupo não apresentou qualquer justificativa para não participar, apenas se negando a oferecer respostas. Tal situação sugere julgamentos e juízos dos profissionais que fundamentam suas práticas na heteronormatividade e contribuem para a manutenção da invisibilidade desta parcela da população (GOMES, 2019).

Sobre a grade curricular dos participantes.

Ao observar a grande discordância dos respondentes em relação a abordagem do assunto nos anos de faculdade, confirmou-se que a Saúde

LGBTQ+ não é adequadamente estudada no Curso de Medicina. A partir disso, pode-se sugerir que temas como diversidade, orientação sexual e identidade de gênero são tratadas com descaso (Santos et al, 2020). Além disso, o fato de os participantes não se preocuparem em conhecer o assunto por meios extracurriculares, gera questionamentos sobre o interesse dos profissionais de saúde em relação ao cuidado com a população transexual e travesti.

Sobre o conhecimento dos participantes acerca dos conceitos LGBTQ+.

Em relação aos conhecimentos dos respondentes quanto às definições e termos sobre gênero, sexualidade e nomenclaturas LGBTQ+, as respostas permitem fazer uma reflexão, como sugerido por Almeida et al. (2020), ao afirmar que trazer o tema permite a desmistificação de preconceitos sócio culturalmente enraizados na sociedade brasileira.

É preciso considerar que os participantes dessa pesquisa são profissionais da categoria médica, que necessitam desenvolver competências compatíveis com a abordagem de transexuais e travestis, para realizar um atendimento eficaz.

Ao analisar os resultados, houve respondentes que disseram conhecer parcialmente ou não conhecerem a sigla. Embora gênero e identidade de gênero sejam termos que não são de uso exclusivo da população LGBTQ+, o fato de os respondentes assinalarem essas opções, sugere uma defasagem sobre esses significados, não só quanto a comunidade LGBTQ+, mas também sobre sexualidade em geral. Considera-se imprescindível que o profissional de saúde compreenda a sexualidade humana para que possa realizar uma assistência adequada. A falta dessa assistência, assim como descrito por Durso et al (2013), tem como consequência uma menor frequência do grupo LGBTQ+ aos serviços de saúde por serem expostos a situações constrangedoras. Sendo assim, apesar de a maioria referir que compreende os termos, percebe-se pelas respostas analisadas a falta de preparo em relação ao tema.

Quanto aos termos, transexual e cisgênero, uma parcela significativa assinalou compreender os mesmos. Esse resultado, apesar de positivo, demonstra possibilidade de um certo grau de tabu com relação a termos menos complexos relacionados à sexualidade LGBTQ+ (DE ALMEIDA et al., 2020).

Os respondentes afirmaram que homem transexual tem sexo genético feminino e mulher transexual tem sexo genético masculino, enquanto outros discordaram dessas afirmativas ou nem concordaram, nem discordaram da mesma. Contudo, a falta de reconhecimento do sexo genético, por uma parcela dos respondentes, demonstra a falha no preparo da categoria médica, que influencia diretamente na qualidade do atendimento, adesão ao tratamento e retorno do paciente LGBTQ+ as unidades. É, então, uma urgência que os profissionais entendam essa influência e optem por um atendimento mais acolhedor e respeitoso (DE ALMEIDA et al, 2021).

Sobre o processo de trabalho e cuidado dos participantes com as pessoas LGBTQ+.

Referente ao acolhimento, os resultados da pesquisa mostraram que os médicos concordaram que é importante acolher bem os pacientes durante as consultas para garantir a continuidade do tratamento. Além disso, reconheceram que o público LGBTQ+ precisa de uma abordagem e acolhimento específicos. Apesar disso, a comunidade LGBTQ+ reporta frequentemente experiências de discriminação em serviços de saúde (SILVA, 2021).

A PNSI – LGBT foi lançada em 2013, com o objetivo de promover a saúde integral dessa população, eliminar a discriminação e o preconceito institucional, além do intuito de reduzir a desigualdade e consolidar o SUS como um sistema equitativo (SILVA, 2021). Todavia, os respondentes da pesquisa mostraram não ter conhecimento sobre esse material e nem sobre cursos que o SUS oferece a respeito da saúde dos LGBTQ+.

Silva (2021) salienta que mesmo após a publicação da PNSI - LGBT, o Brasil é um dos países mais preconceituosos no campo da saúde. Por isso, urge a necessidade de acolher melhor essa comunidade nos serviços de saúde, já que o processo de discriminação acarreta o desenvolvimento de doenças físicas ou psicológicas, das quais derivam inúmeras situações de vulnerabilidade (PARANHOS WR et al, 2021).

Referente à população transexual e travesti, os resultados mostraram que os médicos que responderam à pesquisa reconhecem que o uso do nome social e de pronomes corretos é importante para o acolhimento. Todavia, um dos resultados que mais se destacou, foi que os respondentes concordaram parcialmente sobre a importância do nome social para um indivíduo transexual. Isso demonstra que não existe um esclarecimento quanto à importância do nome social de transexuais e travestis para a categoria médica. Ainda assim, os médicos concordaram que não chamar um indivíduo pelo nome social gera desconforto durante as consultas. E, um atendimento não qualificado a essa parcela da comunidade LGBTQ+ gera uma baixa frequência dessa população aos serviços de saúde.

Ao apontar que pessoas transexuais e travestis são as mais atingidas pela falta de acesso a estes serviços, Silva (2021) ressalta que essa situação contribui para que transexuais e travestis passem a optar por cuidados médicos clandestinos e sem supervisão, o que gera um aumento do risco de morbimortalidade nessa parcela da população.

Os participantes da pesquisa compreendem que a expressão facial influencia na relação médico paciente, mas que essa expressão muda ao realizar uma consulta com transexuais e travestis pela dificuldade de se comunicar com o uso do pronome correto. Para Paranhos et al. (2021), o processo de “transgenização” é “patologizado” e quando um transexual chega em um serviço de saúde, ele é tratado como um doente com problemas sexuais e não como uma pessoa que tem suas necessidades de saúde específicas. A teoria sobre a transexualidade ser “patologizada” é o que pode gerar a mudança da expressão facial do médico e a dificuldade em se comunicar com um indivíduo transexual e um travesti (PARANHOS et al, 2021).

Na atual pesquisa, os médicos responderam que não tem conhecimento sobre o processo de transição sexual e nem sobre os tratamentos oferecidos pelo SUS para esse processo. Contraditoriamente, compreendem que a transição de gênero é um processo dispendioso e muitas vezes traumático. O desconhecimento desses profissionais sobre a transição sexual implica no aumento do uso de técnicas e medicamentos para modificação corporal que não são recomendados pelos órgãos de Saúde (SILVA, 2021).

Sobre a educação médica dos profissionais, ao afirmarem que após a formação acadêmica, os médicos não estão qualificados a realizar um bom atendimento aos transexuais e travestis, ressaltam que a realização de aulas no Curso de Medicina sobre a Saúde LGBTQ+ seria essencial para a formação médica. Estes respondentes compreendem que a disponibilização de materiais didáticos focados no atendimento à comunidade transexual e travesti, além de cursos preparatórios sobre a abordagem correta a se fazer com essa parcela da população, ajudaria aos profissionais a realizar uma consulta mais acolhedora.

De acordo com essa opinião, o relatório do I Seminário Nacional de Saúde LGBT, aponta a falta de qualificação e treinamento como causa primária para o desenvolvimento de estigmas e preconceitos, por parte de profissionais de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Também sugeriu a inclusão de aulas teóricas e práticas para avaliar as competências dos estudantes em relação à diversidade sexual e de gênero na grade curricular dos Cursos de Medicina (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Segundo Minayo (2002), após a pesquisa de campo, é necessário realizar a análise dos dados coletados, a fim de buscar possibilidades de transformações das situações constatadas. Na análise inicial dos dados chama atenção à diversidade de respostas e percepções contraditórias obtidas no presente estudo, fato que talvez demonstre a inadequação desses profissionais para a abordagem e garantia do cuidado à esta parcela da população LGBTQ+. Torna-se, então, evidente a necessidade de inserção do estudo da saúde de pessoas transexuais e travestis no contexto da formação médica.

5. CONCLUSÃO

O artigo teve como objetivo geral conhecer e avaliar as percepções de profissionais médicos sobre a integralidade do cuidado à população LGBTQ+, com foco nas pessoas transexuais e travestis, objetivo esse alcançado através da pesquisa realizada.

Os dados encontrados sugerem que embora os médicos entendam a necessidade de um acolhimento específico a essa população, eles não são capazes de realizá-lo, justificando-se essa atitude pelo fato de que no período da graduação médica, não houve aulas voltadas para o tema saúde LGBTQ+ na matriz curricular e, também, por desconhecerem a existência de materiais oferecidos pelo SUS.

Ademais, percebeu-se uma baixa adesão dos médicos à pesquisa justificada pelo desconforto e indisposição com a perspectiva de se envolver na discussão sobre a temática ou a buscar conhecimento sobre as necessidades básicas de saúde dessa parcela da comunidade LGBTQ+.

Visto isso, sugere-se a implementação de conteúdo teórico e prático na educação médica que aborde o acolhimento e as necessidades de saúde da comunidade LGBTQ+, em especial transexuais e travestis, em diferentes cenários de prática.

Além disso, é preciso que sejam implementados métodos para a disseminação da PNSI-LGBT e de materiais disponibilizados nos serviços de saúde, de maneira que integrem a educação permanente desses profissionais.

Sugere-se, ainda, que a comunidade LGBTQ+, saiba dessas propostas para que se sintam confortáveis, seguros na atenção à sua saúde, possibilitando uma maior adesão aos serviços ofertados e garantia de direitos.

Nesse sentido, o artigo traz como reflexão a importância da qualificação médica no atendimento à transexuais e travestis, abordando conceitos relevantes no âmbito da comunidade LGBTQ+, sugerindo que a relação médico-paciente transexual e travesti está comprometida pelo desconhecimento por parte do profissional médico sobre as necessidades de saúde dessa parcela da população.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAUM, Gerald. The Likert scale revisited. Market Research Society. Journal., v. 39, n. 2, p. 1-21, 1997.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis. Ministério da Saúde. 1ª edição. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

COSTA, Débora Carolinna Pereira. Homoafetividade. Conteúdo Jurídico, 2011. Brasília - DF. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/24456/homoafetividade>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

DE ALMEIDA, Daniel Manzoni, et al. Sequências didáticas sobre gêneros e diversidade. Editora Raiz, São Paulo, 2020. Disponível em: <[Livro sequencias didáticas sobre gênero e diversidade.pdf](#)>. Acesso em: 08 de nov. de 2021.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitose Termos. Brasília, 2012. Disponível em: <http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/33110/6030984_353278.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

DURSO, Laura E.; MEYER, Ilan H. Padrões e indicadores de divulgação de orientação sexual para profissionais de saúde entre lésbicas, gays e bissexuais. Sexuality Re-search & Social Policy, v.10, p. 35–42, 2013. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3582401/> >. Acesso em: 08 de nov. de 2021.

FREIRE, Eduardo Corsino et al. A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros.

Saúde e debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 477-484, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010311042013000300011&script=sci_art_text>. Acesso em: 18 de out. de 2020.

GOMES, Denildo de Freitas et al. Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na estratégia de saúde da família: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade. 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10460>. Acessado em: 08 de novembro de 2021.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano, 2021. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/600> >. Acessado em: 14 de maio de 2021.

KW COUNSELLING SERVICES. OK2BME, 2020. What does LGBTQ+ Mean?. Disponível em: < <https://ok2bme.ca/resources/kids-teens/what-does-lgbtqmean/> > Acesso em 04 de nov. de 2020.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. Psicol. USP, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-82, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642017000100072&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 out. de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES; Suely Ferreira; GOMES, Romeu Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Páginas 26, 42, 43, 44, 45 e 70.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Relatório do I Seminário Nacional de Saúde LGBT.

Brasília, DF, 2015. Disponível em:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_seminario_nacional_saude_lgbt.pdf. Acessado em 08 de Nov. 2021.

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. Rev. bras. educ. med., Brasília, v. 43, n. 1, p. 23-31, Mar. 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022019000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Who, 2020. Página inicial. Disponível em:<https://www.who.int/topics/sexual_health/en/>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

RIO DE JANEIRO. Planejamento Regional 2013 Médio Paraíba. Disponível em:<<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NjM0OQ%2C%2C>>. Acesso em 06 de abril de 2021.

RIO DE JANEIRO. Retratos Municipais: Médio Paraíba. Disponível em:
http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/retratos/MEDIO_PARAIBA/MP.html.
Acesso em 06 de abril de 2021.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 25-17.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2020.

PARANHOS WR, Willerding IAV, Lapolli EM. Formação dos profissionais de saúde para atendimento de LGBTQ+. Interface (Botucatu), 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/interface.200684>. Acessado em 07 de Novembro de 2021.

PAULINO, Danilo Borges et al. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. Interface (Botucatu), v. 23, e. 180279, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832019000100249&tling=p>. Acesso em: 18 de out. de 2020.

PEREIRA, Edson Oliveira. Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população LGBT: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20070/1/2015_%20EdsonOliveiraPereira.pdf . Acesso em: 12 de out. 2020.

PETRY, Analídia Rodolph et al. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Textos e Contextos (PORTO ALEGRE), v. 10, n. 1, p. 193 -198, Rio Grande do Sul – Porto Alegre, jan. 2011. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7375/6434>>.

Acesso em: 30 de out. de 2020.

SANTOS, W. A. dos; MONTOVANI, E. H.; LOPES, J. W.; NOGUEIRA, A. C. R.; FREITAS, P. F. S. de; ASSIS, L. B. de; BTESHE, M. Relato de experiência do Simpósio Invisibilidades em saúde da comunidade LGBTQ+: reflexões na educação médica. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e02985301, 2020. DOI:10.33448/rsd-v9i8.5301. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5301>. Acesso em: 7 nov. 2021.

SILVA, Ricardo Araujo. Políticas de saúde integral da população LGBTQ+. J.DENT PUBLIC. Healt, Salvador, Junho 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17267/2596-3368dentistry.v12i1.3876>>. Acessado em 07 de Novembro de 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. O Atendimento de Pessoas Trans na Atenção Primária à Saúde. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, 31 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/o-atendimento-depessoas-transna-atencao-primaria-a-saude/>>. Acesso em: 13 de out. de 2020.

